

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná

Curitiba - PR

**Demonstrações financeiras do Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2019**



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs.
Diretores da
Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná
Curitiba - PR

Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná “Fundação” que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 e NBC T 1.000).

Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações financeiras

Imobilizado

Os encargos de depreciação dos bens que compõe o Ativo Imobilizado foram realizados com base nos critérios fiscais e não com base nos critérios societários, os quais preveem a avaliação das vidas úteis dos bens para definição dos percentuais dos encargos mensais de depreciação, conforme disposto no NBC TG 27 – Ativo Imobilizado.

Teste de Recuperabilidade

A Fundação não realizou o teste de recuperabilidade de seus ativos, segundo a exigência contida no pronunciamento NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, nas principais contas do ativo.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Ênfase

Como descrito na nota explicativa nº 1, os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela **Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná**, são providos em parte com convênios firmados com a UFPR e parte pela receita oriunda de serviços à empresas privadas, atrelado aos Contratos de Termo de Convênios e Contratos de Prestação de Serviços Técnicos especializados, firmados com prazos pré-determinados com possibilidade de aditivos de prazos. Conseqüentemente a **Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná**, depende do recebimento de repasses dos Termos de Convênios estabelecidos com a UFPR e de aditivos de valores e prazos firmados com a UFPR/DNIT para manutenção de suas atividades e seu equilíbrio econômico financeiro, como também pelo faturamento dos serviços prestados para as empresas privadas.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas com o pressuposto de continuidade operacional da fundação, que está em atividade e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Essa premissa leva em consideração que a Administração não pretende liquidar a fundação ou interromper as operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista além dessas.

Chamamos a atenção para às demonstrações financeiras, que indicam que a fundação incorreu no déficit de R\$ 758 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, nessa data, o passivo Circulante e não circulante da fundação excedeu o total do ativo em R\$ 2.561.

A fundação vem apresentando déficits consecutivos, e a Administração vem adotando medidas para a recuperação econômica. Porém caso não logre êxito nas medidas propostas, a Fundação poderá enfrentar dificuldades com relação a sequência normal de suas operações. A Administração avaliou a adequação da utilização do pressuposto de continuidade operacional com base nas operações de fluxos de caixa futuros os quais entende ser suficientes para o pagamento de suas obrigações de curto prazo com base no planejamento e entendimento do fluxo financeiro/operacional descrito na Nota Explicativa 2.1.

Outros Assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por nós auditores independentes, com base nos quais emitimos relatório em 26 de abril de 2019, tendo a opinião sobre as demonstrações financeiras com ressalvas, as quais mantivemos em 2019.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



MÜLLER & PREI

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de junho de 2020.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PR Nº 6.472/O-1

ELIANE SCOTO DE FREITAS

CONTADORA CRC-PR Nº 038.367/O-9

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná

CNPJ: 75.045.104/0001-11

Curitiba - PR

Balanco Patrimonial**Ativo**

	Em Milhares de Reais	
	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Circulante	4.663	7.230
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.179	7.075
Valores a Receber	117	42
Tributos a Recuperar	9	3
Adiantamentos Diversos	96	98
Outros Valores a Receber	262	12
Não Circulante	623	579
Imobilizado	623	579
Compensações Ativa	1.733	1.657
Bens Adquiridos com Recursos Fundo/convênios	1.733	1.657
Total do Ativo	7.019	9.466

Passivo e Patrimônio Líquido

	Em Milhares de Reais	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante	4.328	3.258
Fornecedores	61	33
Obrigações Sociais e Tralhistas	325	326
Obrigações Fiscais e Tributárias	390	292
Provisao de Férias e Encargos	98	97
Débitos com Fundo	356	356
Outras Obrigações	3.098	2.154
Não Circulante	3.619	6.354
Convênios/Fundos Parceiras	3.619	6.354
Passivo a Descoberto	(2.661)	(1.803)
Patrimônio Social	(1.803)	(1.410)
Déficit do Exercício	(858)	(393)
Compensações Passivas	1.733	1.657
Bens Adquiridos com Recursos Fundo/convênios	1.733	1.657
Total do Passivo	7.019	9.466

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná
C.N.P.J. 75.045.104/0001-11

Curitiba - PR

Demonstração do Superávit ou Déficit

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./19	01/jan./18
	a	a
	31/dez./19	31/dez./18
Receita Bruta	<u>1.497</u>	<u>1.273</u>
Valores Arrecadados	982	731
Receita de Contratos	515	542
Outras Receitas	0	0
Deduções s/Receita Bruta	<u>(55)</u>	<u>(46)</u>
Impostos e Contribuições	(55)	(46)
Receita Operacional Líquida	<u>1.442</u>	<u>1.227</u>
Superávit (Déficit) Bruto	<u>1.442</u>	<u>1.227</u>
Receitas/(Despesas) Operacionais	<u>(2.309)</u>	<u>(1.628)</u>
Despesas Gerais e Administrativas	(1.689)	(1.215)
Despesas c/ Contratos	(621)	(414)
Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos	1	1
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras	<u>(867)</u>	<u>(401)</u>
Despesas Financeiras	(4)	(5)
Receitas Financeiras	13	13
Déficit do Exercício	<u>(858)</u>	<u>(393)</u>

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná
CNPJ: 75.045.104/0001-11

Curitiba - PR

Demonstração do Resultado Abrangente

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./19	01/jan./18
	a	a
	31/dez./19	31/dez./18
Déficit do Exercício	<u>(858)</u>	<u>(393)</u>
Movimentação	0	0
Resultado Abrangente do Exercício	<u><u>(858)</u></u>	<u><u>(393)</u></u>

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná

CNPJ 75.045.104/0001-11

Curitiba - PR

Demonstração das Mutações do Passivo a Descoberto

Em Milhares de Reais

Descrição	Patrimônio Social	Superativ ou Déficit do Exercício	Total
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2017	790	(2.200)	(1.410)
Déficits do exercícios anteriores	(2.200)	2.200	0
Déficit do exercício	0	(393)	(393)
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2018	(1.410)	(393)	(1.803)
Déficits do exercícios anteriores	(393)	393	0
Déficit do exercício	0	(858)	(858)
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2019	(1.803)	(858)	(2.661)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná
CNPJ: 75.045.104/0001-11

Curitiba - PR

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Em Milhares de Reais	
	Períodos	
	01/jan./19 a 31/dez./19	01/jan./18 a 31/dez./18
Fluxo de Caixa da Atividade Operacional		
Déficit do Exercício	(858)	(393)
Ajustado por:		
Ajuste Depreciações/Amortizações	5	4
Provisão de Férias e Encargos	1	21
Déficit Ajustado	<u>(852)</u>	<u>(368)</u>
(Aumento)/Redução dos Ativos		
Valores a Receber ADM	(75)	653
Tributos a Recuperar	(6)	-
Adiantamentos Diversos	2	(9)
Outros Valores a Receber	(250)	(12)
Aumento/(Redução) dos Passivos		
Fornecedores	28	18
Obrigações Sociais e Tralhistas	(1)	106
Obrigações Fiscais e Tributárias	98	14
Débito com Convênios/Fundos Parceiras	(2.735)	(1.189)
Outras Obrigações	944	621
Parcelamento de Tributos	0	(58)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	<u>(2.847)</u>	<u>(224)</u>
Fluxo de Caixa da Atividade de Investimento		
Aquisição de Imobilizado	<u>(49)</u>	<u>(3)</u>
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(49)	(3)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>(2.896)</u>	<u>(227)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	7.075	7.302
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4.179	7.075

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná

Curitiba – PR

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Do Exercício Findo Em 31 de dezembro de 2019

(Valores em Milhares de Reais)

Nota 1. Contexto Operacional

A Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná – FUPEF do Paraná, foi fundada em 27 de Setembro de 1971, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, declarada a utilidade pública pela Lei Estadual nº 6.443/73, e pela Lei Municipal nº 14.597/15, regida pelo seu estatuto social e demais legislação aplicáveis.

A Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná – FUPEF do Paraná – é uma fundação de apoio à Universidade Federal do Paraná, cuja relação é regida pela Lei nº 8.958 de 20 de dezembro de 1994.

A entidade tem por finalidade:

- a) Desenvolver e aprimorar a ciência florestal e áreas correlatas, como: ambiental, biodiversidade, agrárias e da terra, através de pesquisas científica, desenvolvimento tecnológico e inovação;
- b) Promover o desenvolvimento sustentável no âmbito logístico e de infraestrutura, mediante planos, projetos e ações que envolvam as ciências básicas e/ou aplicadas tais como as energias alternativas, mobilidade urbana, bem como outras medidas atinentes às engenharias civil e ambiental e demais áreas correlatas, por meio de pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico e inovação;
- c) Apoiar projetos de ensino, pesquisas, extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico;
- d) Gerir recursos dos Fundos Patrimoniais oriundos de doações de pessoas físicas ou privadas, destinados para programas, projetos e demais finalidades de interesse público e/ou executar projetos com recursos dos Fundos Patrimoniais para programas, projetos e demais finalidades de interesse público, especialmente vinculado à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação na área ambiental e demais áreas correlatas. (De acordo com o estatuto de 2019)

Dentre seus objetivos estatutários, destacam-se:

- Artigo 4º, parágrafo I: Poderá executar ou subsidiar pesquisas e emitir laudos no setor florestal, ambiental, biodiversidade, ciências agrárias e da terra;
- Artigo 4º, parágrafo IX: Poderá promover ou subsidiar simpósios, cursos, conferências, congressos ou reuniões do setor florestal, ambiental, biodiversidade, ciências agrárias e da terra;
- Artigo 4º, parágrafo XII: Poderá colaborar com pessoas jurídicas, instituições e órgãos públicos e privados, em programas administrativos, científicos e tecnológicos nas diversas áreas do conhecimento;

- Artigo 4º, parágrafo XV: Poderá apoiar e desenvolver ações e serviços para a defesa e elevação do ser humano, do desenvolvimento institucional e aprimoramento da ciência nas áreas de pesquisa científica, cultura, educação, ciências e estudos tecnológicos;
- Artigo 4º, parágrafo XVI: Poderá operar como agente de integração e desenvolvimento de setores e regiões, visando à promoção do desenvolvimento social, cultural e econômico sustentável;
- Artigo 6º, parágrafo único: A Fupef do Paraná para a consecução de suas finalidades, poderá celebrar convênios, ajustes, contratos ou outros instrumentos jurídicos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 26 de junho de 2020.

Nota 2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações Financeiras foram preparadas pela Administração da Entidade, sendo de sua responsabilidade, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Como se trata de uma entidade sem finalidade de lucros, as demonstrações financeiras foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 (R1) – ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para pequenas e médias empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.1 Continuidade Operacional

Conforme explicado na nota Explicativa nº 15 os fatores que causaram o passivo a descoberto, são explicados devido a falta de repasses referentes aos termos aditivos de prazo dos convênios firmados com a UFPR/DNIT, gerando déficits anuais pela falta dos repasse das DOAs (Despesas Operacionais Administrativas) mensais correspondentes aos meses dos aditivos de prazos, para os quais estão sendo previstos os devidos repasses para a FUPEF.

Para recuperar valores devidos das DOAs dos Projetos DNIT, a FUPEF está preparando com a devida fundamentação legal (que mostra inclusive o direito em ter a DOA aumentada para 15%), documentação para requerer o devido ressarcimento com a respectiva correção monetária correspondente aos meses de aditivos de prazo e dessa forma obter o seu equilíbrio financeiro e recompor o passivo a descoberto. Também, está realizando estudos para diminuir significativamente os custos operacionais administrativos da FUPEF.

A Fundação de Pesquisas florestais do Paraná tem adotado, para recuperação das DOAs (Despesas Operacionais Administrativas), aberturas de novas parcerias e convênios vinculados a pesquisa, ensino, extensão e inovação. A FUPEF possui cadastro no CNPQ e tem propostas em andamento com a PETROBRÁS, novos convênios com a UFPR/DNIT, novos cursos de especialização em todas as áreas da UFPR e contrato de prestação de serviços com diversas prefeituras.

2.2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado reconhecido no balanço patrimonial.

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações estão apresentadas em milhares de reais.

Gestão Financeira

A Entidade busca alternativas de subsídios com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, com base nas contribuições de seus associados, convênios e contratos, objetivando uma estrutura que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros.

Nota 3. Resumo dos Principais Procedimentos e Políticas Contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Instrumentos Financeiros Derivativos

A Entidade opera apenas com Instrumentos financeiros não derivativos que incluem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis, assim como obrigações a pagar e outras dívidas, cujos valores são aproximados aos respectivos valores de mercado.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019, a Entidade não está sujeita aos fatores de: risco de crédito, risco de preço das mercadorias vendidas e produzidas ou de insumos adquiridos, risco de taxas de câmbio e apresenta risco baixo ou significativo de taxas de juros e estrutura de capital ou risco financeiro.

3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem saldos positivos em conta corrente e de aplicação financeira que podem ser resgatados a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sem restrição de uso.

3.3. Outros Ativos e Passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando se trata de recurso controlado pela Entidade decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.4. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, as quais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 8.

3.5. Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais a Pagar

As despesas com a folha de salários pagos pela Entidade, provisões de férias e encargos sociais e previdenciários dela decorrentes são registradas mensalmente, por resumos elaborados pelo Departamento de Recursos Humanos, ao seu valor de liquidação.

3.6. Provisão de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social (IRPJ) sobre o Lucro (CSLL)

Em virtude de a Entidade ser uma fundação sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/99, e o Artigo 195 da Constituição Federal (CF).

3.7. Apuração do Superávit (Déficit)

O superávit (déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

As receitas da Entidade são provenientes de projetos de captação de recursos por meio de convênios, contratos, outros instrumentos firmados com empresas e órgãos públicos, sem restrições de uso, desde que utilizadas de acordo com a sua atividade-fim. As receitas são apropriadas pelo regime de competência.

3.8. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 03 (R2) – Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes:

- **Atividades Operacionais:** referem-se às principais receitas da Entidade e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- **Atividades de Investimento:** referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
- **Atividades de Financiamento:** referem-se a atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos.

Nota 4. Caixas e Equivalentes de Caixa

A composição do caixa e equivalente de caixa discrimina-se da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Bancos Conta Movimento - Administração	1	0
Bancos Conta Movimento - Convênio/Fundo	124	2
Aplicações Financeiras - Administração	211	236
Aplicações Financeiras - Convênio/Fundo	3.843	6.837
	<u>4.179</u>	<u>7.075</u>

As aplicações financeiras são compostas basicamente por investimentos de renda fixa e depósitos em caderneta de poupança e não apresentam distorções em relação aos seus respectivos valores de mercado. As taxas contratadas são compatíveis com o mercado de renda fixa.

Nota 5. Valores a Receber

A composição de Valores a Receber discrimina-se da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Valores a Receber - ADM		
UFPR - Convênios 82.069-2/2015 Simcaq	2	2
Companhia de Colonizadora e Desenv. Rural - Codal S.A.	25	25
UFPR - Convênio 85.2881/2017 Cecane IV	0	0
Prefeitura Municipal de Guaratuba	0	10
UFPR - Curso Aperf. Educação Pobre e Desigualdade Social.	5	5
Blue Circuitos Equipamentos Eletrônicos Ltda.	2	0
Rumo Malha Sul S.A.	24	0
Município de Pontal do Paraná	59	0
	<u>117</u>	<u>42</u>

Os valores a receber que geraram incertezas, por não terem sido emitidas as notas fiscais correspondentes, não foram provisionados na contabilidade no exercício de 2019 e estão demonstrados no relatório anexo da administração/financeiro.

Nota 6. Tributos a Recuperar

A composição de Tributos a Recolher discrimina-se da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
IRRF a Recuperar	5	3
INSS a Recuperar	4	0
	<u>9</u>	<u>3</u>

Nota 7. Adiantamentos Diversos

A composição de Adiantamentos Diversos, discrimina-se da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Adiantamento de Férias	17	69
Adiantamento de Viagem	50	21
Adiantamento para Despesas	24	4
Adiantamento a Fornecedores	2	1
Adiantamento a Funcionários	3	3
	<u>96</u>	<u>98</u>

Nota 8. Imobilizado

A composição dos saldos está assim demonstrada:

Imobilizado	Taxa Depreciação (%)	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2018
				Valor Residual	Valor Residual
Moveis, Utensílios e Instalações	10	57	(22)	35	26
Equipamentos de Informática	20	63	(52)	11	3
Maquinas, Equipamentos e Veículos	10	306	(5)	301	274
Edificações	4	126	(126)	0	0
Bens de Terceiros		22	0	22	22
Terreno		254	0	254	254
		<u>828</u>	<u>(205)</u>	<u>623</u>	<u>579</u>

A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida no imobilizado da Fundação no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019:

Imobilizado	Saldo em 01/Jan./18	Aquisição	Depreciação	Saldo em 31/dez./19
Moveis, Utensílios e Instalações	26	10	(1)	35
Equipamentos de Informática	3	11	(3)	11
Maquinas, Equipamentos e Veículos	274	28	(1)	301
Bens de Terceiros	22			22
Terreno	254			254
	<u>579</u>	<u>49</u>	<u>-5</u>	<u>623</u>

Nota 9. Compensações Ativas

São registados neste grupo os valores correspondentes aos bens de carácter permanente adquiridos com recursos dos Convênios e/ou Fundos.

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Saldo Inicial	1.657	1.522
(+) Aquisições	76	135
(-) Doações	0	0
Saldo Final	<u>1.733</u>	<u>1.657</u>

Nota 10. Fornecedores

Refere-se a obrigações a pagar a curto prazo, por aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal de suas atividades, sendo classificados como passivo circulante, em 2019 o saldo a pagar de fornecedores representa R\$ 61 mil R\$ 33 mil em 2018.

Nota 11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

A composição de Obrigações Sociais e Trabalhistas, discrimina-se da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Salários a Pagar	127	165
Férias a Pagar	7	0
RPA a Pagar	0	2
Rescisões a Pagar	5	0
Pró-Labore a Pagar	10	11
Bolsa Auxílio Estágio a Pagar	6	0
Bolsa Auxílio Graduação (Estágio)	11	9
INSS a Recolher	125	106
FGTS a Pagar	30	29
PIS s/ Folha de Pagamento a Recolher	4	4
	<u>325</u>	<u>326</u>

Nota 12. Obrigações Fiscais e Tributárias

A composição de Obrigações Fiscais e Tributárias, discrimina-se da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
IRRF s/Salários a Recolher	45	51
ISS Retido	8	3
Pis/Cofins/CSLL a Recolher	2	2
IRRF s/Serviços a Recolher	17	1
IRRF s/Bolsa de Pesquisa	20	0
IRRF s/Bolsa Pós Graduação	4	2
ISS a Recolher s/NF Fupef	280	225
IRRF s/Ferías	11	7
IRRF s/Retribuição Pecuniário	3	1
	<u>390</u>	<u>292</u>

Nota 13. Provisão para Férias e Encargos

A composição de Provisão para Férias e Encargos, discrimina-se da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Provisão de Férias	73	72
Provisão de INSS s/Férias	19	19
Provisão de FGTS s/Férias	6	6
	<u>98</u>	<u>97</u>

Nota 14. Débito com Fundos

Neste grupo são contabilizados os valores a pagar para os fundos, referentes a eventuais despesas pagas com recursos dos fundos para entidade. A composição de Débitos com Fundos, discrimina-se da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Fundo Arrecadação de Boletos	150	150
Fundo Itaipu	206	206
	<u>356</u>	<u>356</u>

Nota 15. Outras Obrigações

A composição de Outras Obrigações, discrimina-se da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Empréstimos Consignados	3	3
Adiantamentos de Convênios	3.095	2.151
	<u>3.098</u>	<u>2.154</u>

Para atendimento dos convênios UFPR/DNIT que estão em andamento, justifica-se que os adiantamentos das Despesas Operacionais Administrativas (DOAs) foram necessários para dar continuidade aos respectivos Planos de Trabalho, em razão da ocorrência de termos aditivos de prazo e supressão de valores não previstos pelos projetos. Seria um prejuízo para ambas as partes caso ocorresse o encerramento desses convênios e, portanto, sendo tal medida fundamental para suprir as despesas administrativas nos períodos aditivados.

Nota 16. Convênios/Fundos Parcerias (Não Circulante)

A Movimentação das entradas e saídas dos recursos dos Fundos e Convênios, em 2019 fechou com o saldo de R\$ 3.619 e R\$ 6.354 em 2018.

Nota 17. Compensações Passivas (Não Circulante)

Compõem o saldo dos bens adquiridos com recursos de Fundos e Convênios, os quais serão posteriormente doados à Universidade Federal do Paraná ao final/encerramento de cada Fundo e Convênio.

Nota 18. Patrimônio Social

O Patrimônio Social da entidade é constituído pela dotação inicial acrescido dos déficits e superávits acumulados desde a fundação da entidade:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Patrimônio Social	(1.803)	(1.410)
Déficit do Exercício	(858)	(393)
	<u>(2.661)</u>	<u>(1.803)</u>

Nota 19. Passivo a Descoberto

No exercício de 2019, a Fundação apresentou um passivo a descoberto no montante de R\$ 2.661 e R\$ 1.803 em 2018, devido aos déficits acumulados no decorrer de vários exercícios. (Nota explicativa nº 15)

Nota 20. Receita Operacional Líquida

A composição da Receita Operacional Líquida discrimina-se da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Valores Arrecadados		
Recuperação de Custos Operacionais-Conv Setor Publico	460	651
Receitas Contrib. Empresas Associadas	9	10
Receitas c/Inscrições	4	3
Receita c/Adm e Gerenc. de Proj/Contratos -Setor Privado	13	32
Receitas com Serviços Prestados	369	10
DOA dos Cursos da UFPR	127	18
Contratos com Prefeituras Municipais	0	7
	<u>982</u>	<u>731</u>
Receita de Contratos		
Receita c/Contrato Conservação Salto Morato	16	9
Receita c/Contrato Arauco	0	11
Receita c/Contrato Suzano	0	15
Receitas c/Mensalidades de cursos	393	273
Receita c/Contrato Moldurarte Secagem De Pinus	0	57
Receita c/Contrato Vet/Map Plan Guaratuba	0	49
Receita c/Contrato Prev Comb Incend Florestais	0	11
Receita c/Contrato Foz Previdência	0	81
Receita c/Contrato Paratudal	40	10
Receita c/Contrato Cencoderma	0	26
Receita C/ Contrato Prev Comb Incend Florestais	5	0
Receita C/ Contrato Uniprime	34	0
Receita C/Contrato Coopagricola	27	0
	<u>515</u>	<u>542</u>
(-) Deduções da Receita		
Impostos e Contribuições	(55)	(46)
	<u>(56)</u>	<u>(46)</u>
Receita Operacional Líquida	<u><u>1.442</u></u>	<u><u>1.227</u></u>

Nota 21. Despesas Gerais e Administrativas

A composição de Despesas Gerais e Administrativas, discrimina-se da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Despesas com Pessoal	(1.155)	(1.012)
Despesas c/Serviços Profissionais	(333)	(120)
Despesas c/Ocupação	(13)	0
Despesas c/Material de Consumo	(17)	(9)
Despesas c/Taxas e impostos	(1)	(1)
Despesas c/Telefone e Internet	(9)	(8)
Despesas c/Informática	(21)	(19)
Despesa com Depreciação	(5)	(3)
Despesas c/Correio e malotes	(1)	(3)
Despesas c/combustíveis e lubrificantes	(13)	(4)
Despesas c/água, gás e energia elétrica	(6)	(6)
Despesas c/Anuidades e Associações	(5)	(5)
Despesas c/Viagens	(35)	(3)
Despesas c/Promoções, Eventos E Publicidades	(7)	0
Outas despesas gerais e administrativas	(68)	(22)
	<u>(1.689)</u>	<u>(1.215)</u>

Nota 22. Despesas com Contratos

A composição de Despesas com Contratos, discrimina-se da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Conservação Salto Morato	(22)	(29)
Projeto Scancom	(3)	0
Arauco/Biomassa Energética	(3)	(37)
Suzano	(6)	(11)
Curso Espec Prótese Dentaria	(235)	(99)
Curso Epec Implantodontia	(154)	(72)
Moldurarte Secagem Pinus	(41)	(16)
Vet/Map Plan Guaratuba	(14)	(36)
Prev Combate Inc Florestais	0	(11)
Foz Previdência	(18)	(64)
Curso Espec Prep Física Nos Esportes	(64)	(33)
Contr. Paratodal	(44)	(6)
Curso P/Conselheiros Uniprime - (43.010-0)	(16)	0
Curso P/ Conselheiros Coopagricola (43.596-8)	(1)	0
	<u>(621)</u>	<u>(414)</u>

Nota 23. Resultado Financeiro

A composição do resultado Financeiro, discrimina-se da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
(-) Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(3)	(4)
Juros Pagos	0	0
Multas	0	(1)
Iof	(1)	0
	<u>(4)</u>	<u>(5)</u>
Receitas Financeiras		
Receitas c/Rendimentos Aplicação Financeira	7	11
Receitas c/Desconto Obtido	1	0
Juros s/Mensalidades	5	2
	<u>13</u>	<u>13</u>

Nota 24. Benefício Fiscal por Entidade sem Fins Lucrativos

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Entidade é isenta do pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de acordo com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97, cujos valores renunciados, nos exercícios fiscais de 2019 e 2018, caso a obrigação devida fosse, seriam:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Déficit do exercício	(858)	(393)
IRPJ	0	0
CSLL	0	0
	<u>0</u>	<u>0</u>

No exercício social de 2019 e 2018 a Entidade apresentou déficit operacional, motivo pelo qual não estimamos o valor de desembolso devido, referente aos impostos e contribuições sobre o lucro.

b) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A Entidade está sujeita ao recolhimento da Contribuição Social para Programa de Integração Social (PIS), calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, conforme disposto no artigo 13 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

Quanto à Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ainda que a Entidade seja caracterizada como contribuinte, à alíquota de 7,6%, esta não incide sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, conforme o disposto no artigo 14, Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

Nota 25. Seguros (Não Auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratar por valores condizentes.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Fundação, que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Nota 26. Contingências Passivas

Conforme o relatório apresentado pelos assessores jurídicos da Fundação, para o mês de dezembro de 2019, não existe contingências ativas e passivas decorrentes de processos judiciais em andamento passíveis de serem registradas e provisionadas na contabilidade.

Nota 27. Remuneração dos Diretores Executivos

Os diretores executivos da entidade obtiveram remuneração, em 2019 de R\$ 157 e R\$ 135 mil em 2018, conforme tabela de cargos e salários do Governo Federal (CD-4), composto da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2019	31 de Dezembro de 2018
Remuneração Líquida	130	112
INSS Retido sobre Pró-Labore	17	14
IR sobre Pró-Labore	10	9
	<u>157</u>	<u>135</u>

A estrutura da entidade é formada pelo Conselho Consultivo, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Corpo Científico, para o qual foi aprovada remuneração apenas para a diretoria executiva a partir de março de 2018, com base legal na Lei 13.151/15 artigo 12 a).